



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

Quadragesima-quinta Sessão da Comissão Económica para África



COMISSÃO DA
UNIÃO AFRICANA

Sétima Sessão da CAMEF

5ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA dos
Ministros da Economia e Finanças e Conferência de
ECA dos Ministros Africanos das Finanças,
Planificação e Desenvolvimento Económico

*Adis Abeba, Etiópia
26 – 27 de Março de 2012*



Distr.: GERAL

E/ECA/CM/45/2/Rev.1
AU/CAMEF/MIN/2(VII)/Rev.1
6 de Fevereiro de 2012

Original: INGLÊS

Comunicação para o Debate do Painel de Alto Nível sobre “África em 2050 – O Surgimento de um pólo global”¹

Comunicação para o Debate do Painel de Alto Nível sobre “África em 2050

¹ Este documento foi preparado por Shahid Yusuf para o Fórum dos Mercados Emergentes e Comissão Económica das Nações Unidas para África.

O Surgimento de um pólo global”²

I. Introdução

1. Durante a década passada, o continente africano registou progressos, quebrando o seu passado inactivo e andando a passos largos mais decididamente rumo a um futuro económico mais brilhante. Com o crescimento a atingir uma média superior a 5 por cento por ano entre 2000 e 2009, as expectativas são enormes. Todavia, a manutenção e até o melhoramento do seu desempenho dependerá da forma como os países africanos, individual e colectivamente, efectivamente venham a gerir os diversos desafios. A crise de 2008-2009 e os seus reflexos persistentes nos domínios comercial e financeiro só tornaram os desafios mais assustadores – e não somente para os países africanos. Além disso, a economia de desenvolvimento que até aqui serviu de bússola aos decisores políticos está num estado de mudança. As fontes (e o futuro³) do crescimento estão a serem objecto de um debate acalorado, estão a surgir muitas divisões sobre a aplicação das políticas macroeconómicas, existem dúvidas quanto à utilidade da ajuda⁴, dificuldades estão a ser encontradas na tradução do conceito de governação em políticas práticas e há proliferação de ideias mal conceptualizadas e articuladas sobre tais questões, inclusive sobre o crescimento e inovação⁵. Com tanta incerteza no ar, os países africanos devem urgentemente começar a aperfeiçoar e elaborar estratégias⁶ para capitalizar o ímpeto do recente crescimento e assegurar que todas as partes do continente mantenham progresso económico e contornem as armadilhas que se encontram em sua frente de modo que até 2050, se não antes, o continente tome o seu lugar como um grande pólo que no futuro previsível poderá permanecer uma economia mundial multi-polar. O objectivo do relatório África-2050 é de esboçar um caminho para o alcance desta meta.

2. Esta comunicação oferece uma visualização do relatório, começando com um breve contexto histórico do desenvolvimento recente e futuro em África. Ela esboça a trajetória económica do continente durante a duas décadas passadas, destacando a rápida tendência que se verificou entre 1990-2000 e a década anterior – uma duplicação do crescimento do PIB por ano; apresenta as mega-tendências que serão sujeitas a críticas para a saúde e presença global económica de África;

² Este documento foi preparado por Shahid Yusuf para o Fórum dos Mercados Emergentes e Comissão Económica das Nações Unidas para África.

³ Keneth Rogoff, “Repensando o imperativo de crescimento”, 2 de Janeiro de 2012, Disponível em pdf www.project-syndicate.org/commentary/rogoff88/English;

Dani Rodrik, “O futuro do crescimento económico”, 25 de Julho de 2011 Disponível no www.project-syndicate.org/commentary/rodrik58/English;

⁴ Limitação de recursos que afecta os países doadores, a ajuda tem firmes apoiantes em Sachs 2005 <http://www.earth.columbia.edu/pages/endoofpoverty/oda>). Ver também a revisão de Moyo por William Easterly. Ajuda tem uma pequena reportagem em Jeffrey Sachs: Jeffrey D. Sachs, “O fim da pobreza: possibilidades económicas para os nossos tempos”.

Disponível em www.earth.columbia.edu/pages/endoofpoverty/oda), Consultado em 22 de Fevereiro de 2012.

⁵ Ver, por exemplo, o relatório da Oxfam, Ultrapassado pelo G20? Como a Desigualdade e a Degradação Ambiental Ameaça Excluir os pobres dos Benefícios do Crescimento Económico (Londres, 2012) http://www.who.int/pmnch/media/membernews/2012/20120119_oxfam_report/en/index.html

⁶ Por exemplo, as diversas iniciativas que orientam o desenvolvimento africano incluem a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), que define um quadro estratégico abrangendo seis áreas temáticas e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas.

avalia o potencial de crescimento de África; e explora as questões que darão forma às estratégias a longo prazo dos países africanos.

II. Dinâmica do desenvolvimento desde 1950

3. Nas duas décadas após o fim de Segunda Guerra Mundial, o objectivo imediato para a maioria dos países em desenvolvimento – muitos recentemente independentes – era de industrialização, a começar com actividades manufactureiras básicas. Alguns países como o Brasil, a China e a Índia, até tentaram numa fase inicial construir indústrias produtoras de equipamentos. Os países encontraram estímulos dos sucessos alcançados pelos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, e Japão, no último terço do século dezanove e da Rússia na primeira metade do século vinte.

4. Os países em industrialização abraçaram um dos dois modelos principais. Aqueles países alinhados com os Estados Unidos e as principais democracias ocidentais adoptaram uma abordagem "mista": Os Estados usaram incentivos políticos, barreiras comerciais e investimento em empresas públicas para impulsionar (substituição de importação) a industrialização nas áreas-chave, ao mesmo tempo que atribuíam um papel grande e expansão do desenvolvimento para o sector privado⁷. Ao contrário, os países que estão incluídos na esfera de influência soviética adoptaram abordagens estatais centralizadas, de topo para a base, planificadas e relativamente insulares para desenvolver ambos os sectores industrial e agrícola, com uma dependência mínima nas forças do mercado ou da iniciativa privada. Os anos 60 foram uma idade de ouro do crescimento, inclusive para um número de países africanos que avançam rapidamente para explorar as oportunidades para o progresso tecnológico⁸. Com países como a Cote d'Ivoire e o Quênia e a liderar neste capítulo, o crescimento *per capita* do PIB em África atingiu em média 2,6 por cento por ano durante essa década, continuou a crescer em 0,76 por cento por ano na década seguinte⁹. As memórias da Grande Depressão, políticas introduzidas durante a Segunda Guerra Mundial e tranquilidade dos anos 60 criou o ambiente político e social que resultou no surgimento do “estado-providência” nas economias avançadas e a adopção gradual de programas de bem-estar da rede de segurança pelos países em desenvolvimento.

5. A influência política e económica decadente da União Soviética e de outros países comunistas levaram a uma mudança no pensamento de abordagens ao desenvolvimento industrial durante os anos 70 e 80. O apoio político para as políticas industriais activas do governo foi igualmente enfraquecido pelo período do crescimento lento nos Estados Unidos e na Europa nos anos 70, que se alastrou para os países em desenvolvimento. Esta situação em parte resultou das duas

⁷ A República da Coreia e Província Chinesa de Taiwan estiveram entre as economias de sucesso que adoptaram a abordagem mista, com a mão orientadora da aliciante indústria privada – e criação ‘líderes nacionais’.

⁸ Este processo foi descrito em relação à experiência europeia por Alexander Gerschenkron (Atrazo Económico na Perspectiva Histórica, Imprensa da Universidade de Harvard, 1962) e por Justin Yifu Lin (2010) para explicar o rápido crescimento da China, siteresources.worldbank.org/.../ChinaMiracleDemystified-Shangai.p. Para um breve historial do desenvolvimento de África entre 1945 e 2000, ver Frederick Cooper (2002), África desde 1940, Cambridge, Imprensa da Universidade de Cambridge

⁹ www1.worldbank.org/prem/.../chaps/Ctrynote8_AfricasGrowth.pdf

crises do petróleo de 1973 e de 1979, aumentando o endividamento dos países em desenvolvimento e desequilíbrios insustentáveis no comércio e nos pagamentos. No início dos anos 80, a ideia (não nova) de que a *mão invisível* dos mercados competitivos - e não a mão do Estado-dirigente - era a resposta ao lento desempenho económico e ao desemprego, começou a registar maior progresso no Ocidente, e por causa da influência dos Estados Unidos no plano internacional, para permear o pensamento de forma mais generalizada. Ela contribuiu para as reformas que resultaram na eliminação progressiva das barreiras ao comércio e a reformas que facilitaram a circulação do capital, o desenvolvimento dos mercados financeiros e de várias inovações financeiras. Como as rondas comerciais aboliram as barreiras comerciais, o crescimento orientado para exportações dentro de um quadro de mercado entrou na moda e até no início dos anos 90, o “Consenso de Washington”¹⁰ estava firmemente enraizado, com os seus princípios fundamentais a serem seguidos por muitos países africanos, apesar dos programas de ajustamentos estruturais (patrocinados pelo Banco Mundial) e uma concentração política cada vez maior na redução da pobreza. A queda do Muro de Berlim fortaleceu a crença de que as forças do mercado podem ser muito mais eficazes do que a direcção estatal, e isto foi reforçado pelas energias de desenvolvimento produzidas pela marcha da China rumo a uma economia de mercado com uma cor socialista. Com os mercados em ascendência, ressurgiu a globalização e venceu a ideia de que o fim da história¹¹ estava próximo e que os países avançados - e possivelmente os outros - avançavam rumo a um “estado protector” limitado e libertário. A explosão das Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC)/Internet/dotcom embelezou ainda as credenciais do mecanismo de mercado, aumentou a influência política do sector empresarial e induziu a exuberância irracional que continuou até aos meados da década seguinte apesar da Crise da Ásia Oriental (1997-1998) e do *dotcom Bust* (2000-2001) - principalmente porque as economias ocidentais, e mais notavelmente os Estados Unidos, resistiram a essas crises com o seu destaque político global, o peso económico e o poder de influência basicamente não diminuíram. Isto foi num período em que a ideia de que o crescimento pudesse ser ‘leve’¹² e que os serviços poderiam em grande medida desalojar a manufactura como o motor do crescimento também começou a vingar e, mais recentemente, foram feitas tentativas para divulgar massivamente um modelo conduzido por serviços com base num crescimento rápido de décadas registado na Índia.

6. As guerras debilitadoras dos sistemas fiscais no Iraque e no Afeganistão, originadoras da crise financeira que se registou na única superpotência, seguidas por réplicas que estão a desestabilizar a União Europeia, a agitar o Médio Oriente, a semear incerteza em África, e a forçar as economias da Ásia Oriental a rever as suas projecções de crescimento a médio prazo, deixam perguntas suspensas quanto à sabedoria recebida sobre o crescimento e o desejo de o estado adoptar um

¹⁰ O consenso incorporado após a publicação num jornal por John Williamson em 1989. Seguindo as orientações do Mosaico e que invocou as 10 Reformas para incorporar as forças do mercado – reformas que liberalizaram as finanças, o comércio e as taxas de câmbio e desregularam e privatizaram a economia. Ver John Williamson, “Uma breve história do Consenso de Washington” Disponível www.iie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf, Visitado em 22 de Fevereiro de 2012.

¹¹ Um termo chamado imortal no artigo de Francis Fukuyama, publicado em 1989 que aparentemente previu a implosão despoletada por Gorbachiev na URSS. “O fim da história?” Disponível em <http://www.wesjones.com/eoh.htm>. Visitado em 22 de Fevereiro de 2012.

¹² Sendo a implicação de que há maior actividade económica onde se questionava se a produção ou o consumo seria mediado pela TIC e conduzido no espaço cibernético

perfil modesto e evitar políticas industriais. Os árduos trabalhos fiscais dos EUA e dos países europeus também destacaram perfeitamente a subida em flecha dos preços dos programas de saúde e dos direitos de bem-estar, mesmo que os países fiquem preocupados com a desigualdade de renda cada vez a agravar-se. As economias de Ásia Oriental, tais como a China, que aproveitavam a onda das exportações para os Estados Unidos e a União Europeia, estão a ser forçados a projectar uma alteração maciça de despesas das poupanças e das exportações para os gastos domésticos. O investimento na indústria manufactureira, que ficou muito tempo como a primeira fonte do crescimento, deixou de ser favorável na Ásia Oriental e os decisores políticos começaram a reconhecer a projecção da capacidade excessiva em muitas indústrias e estão a adoptar o consumismo por uma classe média emergente como a fonte do crescimento futuro. Em vez de manufacturas, as economias em industrialização estão a tentar manter o crescimento com a ajuda da construção, habitação e a edificação de infra-estruturas (como são os países avançados). As exportações cada vez crescentes de minerais tais como bauxite, cobalto, cobre, diamantes e ouro¹³, que causavam a oscilação das economias africanas, parecem menos seguras e o desejo de encontrar fontes múltiplas do crescimento é mais urgente.

III. Desempenho Económico Africano, 1990-2009

7. A crise gerou preocupações, não obstante, a comunidade de nações africanas, as agências internacionais, os investidores e pesquisadores são em geral optimistas, em grande parte por causa dos ganhos registados na década passada em comparação com os anos 90¹⁴. O crescimento durante o período entre 2000 e 2009 atingiu em média 5 por cento por ano em contraste com 2,5 por cento por ano registados nos anos 90 e até taxas mais baixas nos anos 80. Na verdade, 6 países africanos estiveram entre as 10 economias que registavam o crescimento mais rápido do mundo. Esta situação foi apoiada por uma subida das taxas de investimentos de uma média de 18 por cento em 1990 para 22 por cento em 2009 – não se comparando com os níveis da Ásia Oriental, porém, digno de consideração – e o crescimento das exportações de apenas acima de 26 por cento do PIB em 1990 para quase 30 por cento em 2009. Vários países também melhoraram os seus indicadores sociais e de “Fazer Negócio,”¹⁵ e os investimentos estrangeiros em África aumentaram de 9 bilhões de dólares em 2000 para 50 bilhões de dólares em 2010 (depois de atingir o ponto máximo em 2008 em 88 bilhões de dólares). As remessas de valores também subiram para mais de 40 bilhões de dólares em 2010.

8. O progresso rumo aos principais Objectivos do Desenvolvimento do Milénio tem sido satisfatório. A percentagem das populações africanas que vivem abaixo de 1,25 dólares por dia desceu de 58 por cento em 1990 para 51 por cento em 2005, enquanto as percentagens de crianças com peso inferior ao normal e malnutridas esteve abaixo de 25 por cento até 2009. As taxas de conclusão do ensino primário aumentaram para 79 por cento em 2009, com países como Burundi, Madagáscar e

¹³ Os minerais e petróleo contribuíram com cerca de metade das exportações de África e têm sido essenciais para a prosperidade dos países tais como a África do Sul e Botswana e manter as economias de outros países tais como o Gana, a Nigéria, a República Unida da Tanzânia e a Zâmbia.

¹⁴ Ver, por exemplo, Steven Radelet, *África Emergente: Como é que 17 países africanos estão a Trilhar o Caminho* (Centro de Washington para o Desenvolvimento Global, 2010)

¹⁵ Tempo necessário para executar contractos e obter licenças de construção situavam-se entre as áreas que mostravam melhorias.

Ruanda a registar quase a educação primária universal; a mortalidade infantil decresceu de 181 a 130 durante o mesmo período; e houve um considerável abrandamento da subida de novas infeções de VIH¹⁶. Estas tendências positivas, incluindo maior representação do género, precisarão de ser reforçadas, ao mesmo tempo que continuam os esforços com vista a reduzir a mortalidade materna através de replicação de estratégias usadas para fazer face ao VIH/SIDA, que dependiam da intensificação da consciencialização e do aumento de financiamento e da pesquisa.

9. No aspecto negativo, as poupanças brutas reduziram de uma média de 17 por cento em 1990 para 15,5 por cento em 2009¹⁷; e o investimento fixo privado permaneceu constante em 13,4 por cento do PIB de 2006 a 2009. A contribuição da indústria manufactureira no PIB da África no seu conjunto, decresceu de 16 por cento em 1995 para 13 por cento em 2009 (segundo a UNIDO 2011, em 2008 foi de 10,5 por cento), ela foi de 9,7 por cento na África Oriental, 5 por cento na África Ocidental e 18,2 por cento na África Austral¹⁸. Além disso, a maioria das manufacturas baseia-se em recursos e o valor doméstico acrescentado é baixo, elas registaram poucos lucros da produtividade e criam poucas ligações com o resto da economia¹⁹. A diversificação de exportações manufacturadas foi igualmente limitada. A contribuição das exportações de produtos manufacturados aumentou 3 pontos percentuais de 28 por cento em 1995 para 31 por cento em 2009 e a África contribuiu somente com 1,3 por cento das exportações de bens manufacturados no global em 2008 em contraste com 1 por cento em 2000. As principais exportações até dos países africanos mais industrializados tinham como base recursos. Por exemplo, as duas principais exportações da África do Sul foram a platina e o ouro; do Quênia o chá e flores cortadas; da Etiópia sementes de sésamo e café; da República Unida da Tanzânia o café e o tabaco; e do Gana cacau e minérios de manganésio²⁰.

IV. Desafios e Obstáculos

10. A orientação rumo à multi-polaridade global deu azo a uma reconsideração em seis áreas com ramificações económicas e políticas entrelaçadas a longo prazo. A resposta dos países africanos decidirá como criar sucessos nas próximas décadas:

- A ordem económica e a política mundial, em mudança, oferece uma oportunidade a África de reformular a sua agenda de desenvolvimento. *Pax Americana*²¹ veio com alguma bagagem indesejada, mas ela também ajudou a criar e manter um ambiente regulamentado no qual a globalização floresceria. Agora que ela está a iniciar uma etapa intermédia e uma série de potências regionais provavelmente desalojarão a única Superpotência, a longa (relativa) paz que caracterizou a metade do século passado pode dar lugar a um período extenso de turbulência e

¹⁶ Relatório do Desenvolvimento do Milénio de 2011, Publicação da ONU, Nº de Vendas E11T10

¹⁷ Poupanças brutas na Ásia Oriental atingiram 47 por cento em 2009 – um número tanto quanto tendencioso por causa do peso da China no total das poupanças e do seu volume muito elevado.

¹⁸ A manufactura contribuiu com 32 por cento do PIB na Ásia Oriental em 2009.

¹⁹ Ver UNIDO (2011).

²⁰ Banco Mundial, *Indicadores de Desenvolvimento da África 2011*.

Disponível nos dados do worldbank.org/sites/files/adi_2011-web.pdf

²¹ Isto refere-se ao período de uma relativa paz desde o fim da Segunda Guerra Mundial que está ligado ao poder militar e económico dos Estados Unidos.

incerteza no qual os “cisnes negros” podem ser visitantes frequentes (indesejáveis). Os esforços para criar um sucessor ao Protocolo de Quioto e as intermináveis negociações da Ronda de Doha fornecem uma antevisão daquilo que um mundo bipolar ou multi-polar pode parecer, com bens públicos globais a tornarem-se cada vez mais escassos numa altura em que aumenta a sua procura. Um mundo menos estável também estaria preparado para corridas armamentistas caras e potencialmente perigosas, que na ausência de boa vontade, da diplomacia prudente e da reciprocidade entre as nações, podem dar origem a guerras sangrentas dos tempos primitivos.

- Com as principais economias ocidentais e alguns países em desenvolvimento a lutar para corrigir os enormes desequilíbrios comerciais, e alguns a tentar fazer face a ondas de bens capitais de baixo risco, a globalização está suspensa e poderá sofrer um reverso. Em caso de uma grave recessão nova para submergir os países industrializados, a crença nos lucros do comércio – tenuemente mantida em muitos países de rendimento baixos e em desintegração no Ocidente - poderá rapidamente corroer-se e dar origem ao reaparecimento de todo o tipo de barreiras. O termo “proteccionismo obscuro” foi criado para descrever o reaparecimento de barreiras²². Esta situação, incluindo a crise da zona do euro, poderia pressagiar dificuldades económicas para a África por causa das suas relações estreitas com a Europa.
- A estabilidade política e económica é crítica para o desenvolvimento. A África teve a sua quota-parte nos conflitos locais²³ e experimentaram o seu grau de destruição.²⁴ Como minimizar a estabilidade económica, as tensões políticas e conflitos violentos serão um teste permanente para muitos países africanos.
- O Estado e a agenda de desenvolvimento: será diferente desta vez? Depois de observar como a fraca regulamentação dos mercados financeiros semeiam caos no seio das economias maduras, poucos (excepto os Estados Unidos) acreditam que o Estado tenha um papel regulador fundamental a desempenhar. O afastamento do estado chegou ao seu fim, por enquanto pelo menos. De facto, a política industrial da espécie praticada pela China (e antes pela República da Coreia, a Província de Taiwan, da China bem como outros “tigres” asiáticos) está a receber grande consideração em África, com países em industrialização a tentar adoptar as políticas compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio a fim de incentivar a industrialização. O alargamento do fosso da desigualdade de rendimento composta pelo desemprego estrutural pode de igual modo forçar o Estado a assumir um papel mais

²²Richard Baldwin e Simon J. Evenett, “Não deixe o proteccionismo obscuro impedir a recuperação global: as coisas que o G20 deveria fazer”, 5 de Março de 2009. Disponível em <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3206>

²³ Alguns destes conflitos eram resultado de investimentos feitos por Superpotências e, com efeito, eram guerras proxy travadas em África. Ver Ann Hironaka, *Guerras Navegadoras*, Imprensa da Universidade de Harvard, 2005.

²⁴ Paul Collier vê a “armadilha de conflitos” como uma das causas do desenvolvimento estagnado em muitos países africanos, sendo outras a dependência nos recursos naturais, países interiores e má governação.

activo na criação de empregos (como é actualmente o caso no Médio Oriente, na China e em certos países africanos) e assegurar uma distribuição mais equitativa da renda que será favorecida por grupos que estão à espera de se beneficiar da intervenção do Estado e que encontram firme resistência por parte daqueles que estão politicamente bem entrincheiradas e possuem o poder do mercado e poder também sobre os mecanismos do Estado. Não seria aceite um papel de Estado de maior interferência se a experiência sugerisse que os estados ficam mais adeptos na criação e implementação de políticas promotoras do rápido desenvolvimento, que existe controlo da corrupção na maioria dos países e que as liberdades cívicas e que as instituições democráticas podem coexistir com governos poderosos. Mas a história recente da África, da Ásia, da Europa Oriental e da América Latina não ressegura nenhum destes resultados – e a primeira metade do século vinte oferece advertências em relação ao que pode correr mal.

- Fomento da inovação para fazer face aos recursos cada vez escassos e ao aquecimento global. A probabilidade é de que as taxas de investimento permaneçam baixas nos países africanos (a menos que haja uma transferência substancial da indústria manufactureira ligeira dos países do rendimento médio da Ásia Oriental) e possam diminuir na Ásia Oriental (à medida que a contribuição do consumo aumenta e as populações envelhecem), alimenta a crença de que a inovação de Schumpeterian impulsionará o crescimento através dos lucros no factor total de produtividade. O fascínio com a inovação gerou um enorme interesse na qualidade da educação, no cultivo de ciência e de competências de engenharia, nos retornos dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, no papel das universidades e nos indicadores para identificar capacidades de inovação. O capital está a ser relegado à nenhuma das regiões de crescimento económico (porque ninguém sabe como aumentar os investimentos de capital ou poupanças privadas) e o seu lugar foi ocupado pelo capital humano²⁵. Lembrando a forma como a electricidade e o motor de combustão interna estimularam o investimento, inovação e emprego, alguns esperam que as tecnologias “verdes”, no contexto de urbanização acelerada, reanimem o ritmo do crescimento (em parte através do aumento de investimentos) e ajudarão a conservar a energia, a água e outros recursos não renováveis e ao mesmo tempo moderar as alterações climáticas.
- O potencial de desenvolvimento e industrialização urbana podem diminuir. É concebível que com a indústria manufactureira e serviços que criam alguns empregos bem pagos, os países de baixa renda podem ter de adoptar uma estratégia de crescimento equilibrada que dedique mais atenção e recursos à economia rural e reconsidere a inevitabilidade de

²⁵ Graças em grande parte ao trabalho de Theodore Shultz e seus discípulos e ao desenvolvimento da teoria do crescimento endógeno por Paul Romer e Robert Lucas. Ver Theodore W. Shultz, “A economia de ser pobre”, Palestra em memória de Alfred Nobel, 8 de Dezembro de 1979. Disponível em http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1979/schultz-lecture.html Ver também Romer (1994); e Philipe Aghion e Perter Howitt “Teoria de crescimento endógeno”. Disponível em www.fordham.edu/economics/mcleod/aghionhowitchapter1.pdf. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012

taxas abruptamente elevadas de urbanização que impõe uma grande pressão sobre as infra-estruturas urbanas e aumentam o consumo de energia.

- O aquecimento global está a criar mais obstáculos àqueles que atrasaram o desenvolvimento. Crescem as preocupações relativas à segurança alimentar e de água, que sumiram temporariamente, com o aquecimento global e o contínuo crescimento da população a clamar por maior urgência em África, no Médio oriente e na China. O aumento previsto de eventos dos acontecimentos meteorológicos graves e a subida dos níveis do mar,²⁶ significa que as cidades situadas em zonas costeiras baixas, principalmente em África, terão de se preparar para o pior e construir infra-estruturas e instituições mais resistentes, (inclusive paredes de protecção contra o mar e de defesa passiva). As cidades em perigo em África incluem Abidjan, Acra, Dacar, Dar-es-Salam, Durban, Maputo, Mombaça e Porto Elizabeth²⁷.

V. Avaliação do Potencial Económico

11. Ao enfrentar os desafios que estão adiante, os países africanos devem prestar atenção aos seus recursos, eliminar deficiências e desenvolver as suas capacidades potenciais em pleno. O potencial difere significativamente entre países em razão do tamanho, da Nigéria com uma população de 150 milhões a Comores com uma população de apenas meio milhão, e terão diferentes taxas de desenvolvimento. Daí, as estratégias e as opções políticas variam e qualquer espécie do roteiro para o futuro pode precisar de dividir os países com base nas características relevantes. Os países podem ser classificados pela região e com referência ao nível de rendimento e densidade demográfica, abundância dos recursos naturais, localização costeira ou sem acesso ao mar, orientação comercial, estrutura política e associação colonial. Estas características afectam a forma como os países respondem a tendências e mobilizam as suas dotações de factores. Outros factores têm também relevância. A fragmentação étnica é um deles e está ligado a agitação social e a guerras civis que causaram desordem prolongada e perdas enormes em vários países²⁸. Considerando essas condições do quadro descrito, é provável que o desenvolvimento seja regulado pelo seguinte:

- A exploração cautelosa dos recursos naturais, incluindo a terra e a água, será vital tendo em vista maximizar o fluxo de receita a longo prazo. Além disso,

²⁶ Sobre algumas opções para os países afectados pelas alterações climáticas – Ver Christain de Perhuis, *Escolhas Económicas num Mundo em Aquecimento*, Cambridge, Imprensa da Universidade de Cambridge, 2001.

²⁷ Ver « Cidades africanas em risco devido à subida do nível do mar », 2008

Disponível em www.unhabitat.or/downloads/docs/presskitsowc2008/Drowned_n_dangerous/pdf.

²⁸ As implicações do crescimento da fragmentação étnica, de ser países interiores, de dotações de tamanho e de recursos naturais recebem segurança empírica séria, mas levanta questões em relação aos procedimentos de cálculos o que tem dificultado o estabelecimento de forma conclusiva em relação se na verdade estes importavam no passado ou importarão no futuro.

será uma prioridade aumentar os recursos através da sua descoberta²⁹ e com a ajuda de avanços tecnológicos.

- A demografia terá um grande papel nas fortunas dos países africanos, dos quais todos têm populações em crescimento. Há espaço para colher um dividendo demográfico porque haverá uma alta percentagem de jovens, mas se o dividendo será concretizado, isso dependerá da qualidade da educação a ser dada, das medidas para assegurar a saúde da população e investimentos que geram empregos.
- O desenvolvimento e a composição das actividades produtivas, principalmente pelo sector privado, afectarão de forma decisiva o crescimento e o emprego. A forma como estes se desenvolvem compete ao empresariado (inclusive da grande diáspora africana), modificação de investimentos e da tecnologia. Poucos países africanos possuem uma considerável base manufactureira ou de serviços de exportação – a não ser o turismo. Talvez mais prejudicial para o desempenho das exportações, com a excepção da África do Sul, os outros países africanos têm um número muito pequeno de companhias que empregam mais de 100 pessoas³⁰, um tipo de empresas que possam arriscar-se nos mercados externos. Além disso, como é evidente do relatório de Grupo de Consulta de Boston sobre os novos desafios de África, a grande maioria das grandes empresas está no ramo de serviços (por exemplo a banca, as telecomunicações, o transporte e a construção)³¹. O fortalecimento da base produtiva não só nas áreas urbanas mas também no sector agrícola, determinará por último se a África se torna um pólo global ou não.
- Uma classe média crescente e cada vez numerosa que aumenta a procura pelos serviços urbanos de transporte, electricidade, água, TIC e habitação e outros serviços públicos.
- O investimento directo estrangeiro e a participação de exportadores africanos nas cadeias de valor internacionais permanecerão importantes, enquanto os benefícios de integrar-se no sistema de inovação global aumentarão à medida que a inovação se tornar numa maior fonte do crescimento. Desenhando uma perspectiva das décadas futuras, a profundidade da economia do conhecimento nos países africanos determinará a escala da classe média e a prosperidade económica.

VI. Rumo ao pólo global: Objectivos, estratégias e políticas

12. Ao mobilizar estas tendências e recursos, os países africanos adoptarão necessariamente abordagens diferentes, à luz das suas características e

²⁹ Gelb e outros (2011) mostram que as novas descobertas reabastecem substancialmente os minerais e contribuem para a riqueza nacional.

³⁰ Ver David Mckenzie, “Como podemos saber se políticas firmes funcionam em África?” Abril (2011).Disponível em www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/04/12/000158349_20110412081305/Rendered/PDF

³¹ Ver Benno Ndulu e outros, “Desafios do crescimento africano: oportunidades, constrangimentos e direcções estratégicas” 2007. Disponível em www.naider.com/upload/AFR_Growth_Avance_Edition.pdf.

potencialidades. Uma perspectiva de longo prazo que estabelece alguns objectivos 'elásticos' – relativos ao PIB, emprego e esperança de vida - pode servir de base para definir estratégias e concentrar esforços políticos de modo a chegar a transformações estruturais e institucionais capazes de levar décadas para concluir. Portanto, olhar para o meio do século é estrategicamente realista: a África pode se tornar uma importante força económica global em duas décadas, mas muito provavelmente, ela pode durar duas vezes antes que a maioria de países esteja confortavelmente na categoria de rendimento médio, que é o que implica tornar-se um pólo global.

13. Poucas pessoas ficam, hoje, completamente satisfeitas com o crescimento do PIB apenas como meta da estratégia. Contudo, é difícil elaborar uma estratégia económica sem incluir o crescimento. No contexto africano, o crescimento do PIB deve ser complementado por uma meta de emprego e outra que abrange o bem-estar social, que pode ser a longevidade humana. Uma taxa de crescimento que atinge uma média de 7-8 por cento por ano, num período de 35 anos, traria a África ao mesmo nível atingido pela Província Chinesa de Taiwan e a República da Coreia no final do século vinte. Esta taxa é substancialmente mais alta do que a que a maior parte dos países africanos registou durante a década passada, mas ela é apropriada por diversa razões. O actual rendimento baixo per capita e os fossos tecnológicos originam um grande desejo de acelerar o crescimento, para além de apresentar oportunidades bem definidas de recuperar tecnologicamente. A projecção actual do desemprego que excede 20 por cento da mão-de-obra em muitos países, e o aumento previsto da força de trabalho³², ambos defendem metas de crescimento ambiciosas. A mudança tecnológica que significa aumento da utilização do capital - intensivo e força do trabalho - reduz igualmente as elasticidades de exigência de trabalho na indústria manufactureira e nos serviços (e leva ao crescimento que gera relativamente poucos empregos)³³, de modo que a absorção da crescente reserva de trabalhadores da África exigirá um crescimento mais rápido do que no passado e, como a China está a descobrir, é necessária uma taxa de crescimento de 7-8 por cento para criar um número suficiente de empregos. A esperança de vida ao nascimento é um bom indicador de bem-estar e de esperança de vida. Em África era de 53 anos e na Ásia Oriental de 72 anos em 2009. Quisesse a África acrescentar 20 anos à esperança de vida da média das crianças a nascerem em 2050, ela terá registado um progresso enorme em termos de prestação de serviços, eliminação das doenças infecciosas, reforço das capacidades e melhoria da qualidade de vida.

14. Estas três metas podem ser suficientes na articulação de estratégias dos países africanos, cada um dos quais adoptaria indubitavelmente uma mistura diferente de políticas guiadas pelo quadro global, que este relatório pode fornecer. Deste modo, o valor acrescentado do relatório pode ser a apresentação de uma visão a longo prazo com argumentos fortes e persuasivos indicando o caminho dos objectivos a alcançar com base nas políticas que são informadas pela experiência de desenvolvimento recente e uma leitura de tendências duradouras que

³² Espera-se que a população de África cresça a uma taxa de 2,4 por cento por ano durante o período entre 2009-2015, e embora venha possivelmente a abrandar, alcançando o nível de fertilidade de substituição até 2050, as Nações Unidas projecta que a população Africana excederá 1,8 biliões até meados do século. Ver www.un.org/esa/population/publications/.../WorldPop2300final.pdf.

³³ Kapsos (2005) www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed.../wcms_143163.pdf

circunscreverão as opções. A seguir elaboramos algumas medidas que os países africanos podem precisar de tomar em consideração para alcançar os seus objectivos estratégicos e as questões a serem resolvidas. O relatório discutiria estas, bem como outras medidas e a sua viabilidade.

15. **Estabilidade.** A história do desenvolvimento ensina-nos que o progresso económico está entrelaçado com a estabilidade política e social. Os países com um registo de desenvolvimento sustentável, alcançado através de tentativa e erro num consenso político relativamente robusto sobre os principais objectivos económicos e sociais (apoiado por uma sociedade civil cada vez mais robusta), se distinguiu na criação de organizações públicas eficientes para desenvolver e implementar políticas e gozaram de um grau de sucesso na partilha equitativa dos benefícios económicos, ao mesmo tempo que aceitavam as “desigualdades positivas”. Esta é uma questão difícil de conciliar, mas sem esses ingredientes, o desenvolvimento não se desenvolve normalmente. Os países que necessitam de alguns desses ingredientes experimentaram “crescimentos rápidos”, mas tais não duram por muito tempo. Por conseguinte, discutivelmente o maior desafio político dos países africanos será de atingir todos estes aspectos até certo ponto em paralelo. A pesquisa sugere que a criação de instituições democráticas³⁴ é o modo mais seguro de chegar a uma solução *minimax*: as democracias que funcionam bem podem não atingir as taxas de crescimento mais altas, mas eles têm uma melhor possibilidade de alcançar resultados estáveis de longo prazo e são geralmente mais resistentes quanto à absorção e recuperação de choques. A estabilidade sociopolítica afecta fortemente as expectativas de negócios, o clima de investimento e os avanços tecnológicos, que como propomos em baixo, são os catalisadores fundamentais do desempenho económico. Os países africanos variam quanto ao clima de negócios, e alguns oferecem melhor clima do que os países sul asiáticos, por exemplo. Contudo, as incertezas políticas, a violência, o crime, a execução de contrato e a protecção de investidores são problemas que em muitos países afectam tanto o volume dos investimentos como a preferência de projectos e actividades que prometem rápidos retornos, que menos defraudam as expectativas. Nota-se que a análise recente do crescimento em África atribui aproximadamente um terço à exploração de recursos naturais e o equilíbrio ao desenvolvimento de actividades de comércio grossista e retalhista (13 %), transporte e telecomunicações (10%), bens imóveis e construção (10 %), intermediação financeira (6 %), e administração pública (6 %). A contribuição da economia real – a manufactura e a agricultura ficaram em 9% e 12 % respectivamente³⁵. Estes dois factores foram as fontes de crescimento e do emprego na Ásia Oriental e podem continuar a desempenhar um papel vital no futuro. Sendo este o caso, pode a sua contribuição para o crescimento – que parece diminuir-se em África - ser elevada?

16. **Fontes de crescimento.** O consenso (se tal termo for válido) entre economistas é de que o crescimento é fundamentalmente determinado por injeções de capitais e de produtividade total dos factores (TFP). Entre 1989 e 1995,

³⁴ Besley e Persson (2011) enfatizam a importância de instituições democráticas coesas que promovem interesses comuns e fornecem bens públicos como pilares de prosperidade. Ver também Torsten Persson e Guido Tabellini, “O efeito do crescimento da democracia: é heterogéneo e como pode ser estimado?”, 14 de Maio de 2007, disponível em people.su.se/~tpers/papers/cifar_paper_may16_07.pdf

³⁵ Ver McKinsey sobre “África: um continente em movimento”, Julho de 2010. Disponível em mckinseysociety.com/mckinsey-on-africa/

Jorgenson e Vu (2007)³⁶ estimavam que para 110 países, o capital contribuía com 41 por cento do crescimento e a produtividade total dos factores (TFP) com 22 por cento. Até 2000 – 2004, a contribuição do capital reduziu para 34 por cento, enquanto a TFP aumentou 37 por cento. Na Ásia em desenvolvimento, a contribuição da TFP foi de 39 por cento e do capital 35 por cento. Por outras palavras, entre 70 por cento e 74 por cento do crescimento provém destas fontes interligadas. Para países africanos, durante o período 2000-2004, o capital contribuiu com 21 por cento do crescimento e TFP com 23 por cento. Grande parte do crescimento em África proveio dos factores de trabalho com a quantidade a superar a qualidade. Isto reforça o ponto feito por Ndulu e outros (2007)³⁷ quanto à contribuição baixa ou negativa do capital físico e da TFP ao crescimento em África entre 1990 e 2003. Todavia, eles também observam que a recuperação feita em finais dos anos 90 foi substancialmente secundada pela introdução de melhores produtividade do total dos factores. O investimento de capitais em infra-estruturas³⁸, habitação e factores de produção é crítico nas primeiras etapas da industrialização, que é confirmada pela literatura na contabilidade de crescimento, mas à medida que os países se desenvolvem, a maioria do crescimento deriva da TFP que reflecte a alteração tecnológica incorporada e desincorporada, a inovação, o conhecimento tácito e conquistas em termos de eficiência de miríades de fontes. Vários pesquisadores associam as lacunas de rendimento e a velocidade lenta da convergência de rendimento entre os países com a lentidão na assimilação de tecnologias e ao persistente fosso tecnológico³⁹. Quando o fosso tecnológico for grande como nos casos da maior parte dos países africanos, uma primeira fase da industrialização, a maioria das TFP provém do investimento no activo fixo incorporando as tecnologias mais recentes. Mais tarde, a inovação, o incremento e outros aspectos menos ligados ao investimento de capital assumem a dianteira. Assim sendo, pode parecer que durante as próximas décadas, a África pode precisar de investir muito para compensar um deficit de infra-estruturas na agricultura e nos sectores urbanos e para ampliar e aprofundar a base industrial. Tal como aconteceu com os países asiáticos mais sucedidos, mais da metade do crescimento provinha do investimento do capital, incluindo o capital das TICs (um importante contribuinte) com a TFP a tomar a dianteira possivelmente daqui a 15 anos. Se estes dois factores forem fundamentais, então para efeitos de crescimento e até um grau menos próspero/longevidade, as medidas destinadas a aumentar os investimentos em áreas específicas e absorver a tecnologia merecerão a maior prioridade. Este facto aponta para questões ligadas à estrutura da indústria e à aquisição da tecnologia.

17. Mobilização de recursos internos para industrialização e exportações. O investimento limitado na indústria manufactureira e a sua pequena contribuição nas economias africanas, destaca as fraquezas em termos da composição do produto e a mistura da exportação. O primeiro afecta o futuro curso da transformação industrial

³⁶ Dale W. Jorgenson e Khuong Vu, “Tecnologia de informação e o ressurgimento do crescimento mundial”, Revista Económica Alemã, vol.8, No.2 (Maio de 2007).

³⁷ Benno Ndulu e outros, “Desafios do crescimento da África: oportunidades, constrangimentos e direcções estratégicas”, 2007. Disponível em www.naider.com/upload/AFR_Growth_Advance_Edition.pdf

³⁸ A recente adopção de Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) é um passo rumo a abordagens coordenadas a nível regional que respondem a necessidade do crescimento que se pretende.

³⁹ Ver Parente e Prescott (2000); Comin Hobijn e Rovito (2008); e Comin e Hobijn (2010).

e a última influencia as perspectivas de exportação. Abdon e Felipe,⁴⁰ utilizando a metodologia de espaço do produto⁴¹, concebida pelo Hidalgo e Hausmann⁴², mostram que a estrutura de exportação dos países africanos ricos em recursos mudou abertamente entre 1962 e 2007. Eles permaneceram exportadores de poucos produtos, quase todos ficando quase nos extremos do espaço dos produtos (embora pudesse se notar que as exportações do Gana, do Quênia e da África do Sul são dominadas por produtos manufacturados). Os países interiores esforçaram-se um pouco mais, acrescentando exportações na sua carteira que estiveram mais próximas do interior do espaço do produto em rede. Os países costeiros fizeram o melhor possível, demonstrando a vantagem comparativa revelada em mais produtos em rede, particularmente artigos de vestuário. Mas os resultados para as economias costeiras africanas foram dominados pela África do Sul, que possui no centro do espaço dos produtos a maior parte dos produtos de básicos. Abdon e Felipe observam que a estrutura produtiva mal diversificada de África e a alta proporção de produtos ubíquos (periféricos) padronizados, exportados por muitos países, comprometem seriamente as suas perspectivas de exportação. Especialmente para os países mais pequenos que precisam de mercados externos para gerar uma procura suficiente para o crescimento rápido, diversificação de exportação e melhoria da qualidade dos produtos é uma necessidade imperativa. Na terminologia de Hidalgo-Hausmann, eles precisam de passar para o interior do espaço de produto, seguindo o exemplo dos países da Ásia Oriental, a fim de melhorar o seu potencial de exportação. Se tais movimentos oferecem o que se procurava depois dos resultados depende, segundo demonstram Easterly e Reshef,⁴³ sobre o êxito na realização dos “grandes sucessos”, isto é, grandes exportações de alguns produtos para um único mercado ou para um número limitado de mercados. Ao que parece, a maior proporção dos lucros de exportação derivam de “grandes sucessos” que são difíceis de antever e, além do mais, a composição dos grandes sucessos está sujeita a uma perturbação. A receita do sucesso a ser discernida da experiência das principais nações exportadoras consiste de condições que facilitam a entrada e o amadurecimento de empresas que podem começar a penetrar na essência do espaço do produto e de maneira oportunista tornarem-se exportadores de produtos diversos. Isto leva-nos de volta à questão do investimento industrial e a composição dos produtos manufacturados comerciáveis e serviços. Podem os países africanos estimular o investimento (doméstico e estrangeiro) (apoiado pela poupança doméstica) e o que é que isso implicará em forma de melhorias no clima de negócios e no acesso ao financiamento a um custo razoável⁴⁴, através de iniciativas

⁴⁰ Arnelyn Abdon e Jesus Felipe, “O espaço do produto: o que diz das oportunidades para crescimento e transformação estrutural da África Sub-Saariana?”, 19 de Maio de 2011. Disponível em papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1846734

⁴¹ O espaço do produto refere-se à rede que produz o inter-relacionamento entre o produto comercializado no mercado global. <http://www.chidalgo.com/productspace>

⁴² César A. Hidalgo e Ricardo Hallsman, “O Blocos de Construção da Complexidade económica”, Centro da Universidade de Harvard para a Recuperação do Desenvolvimento Internacional, Documento de Trabalho No.186, Setembro de 2009. Disponível em www.hks.harvard.edu/var/ezp_site/storage/fckeditor/.../186.pdf.

⁴³ William Easterly e Ariell Reshef, “Sucessos das exportações africanas: surpresas, factos estilizados e explicações”, Gabinete Nacional de Pesquisas Económicas, documento de trabalho 16597. Dezembro de 2010. Disponível em www.nber.org/papers/w16597.pdf.

⁴⁴ O custo de financiamento e o acesso limitado são acusados com frequência como responsáveis pelo crescimento inicial e pela capacidade atrasada de exportação das empresas em África. Ver Anthony J. Venables,

do sector público como acontece na China, e através de estímulos de empresários? Seguramente, o investimento em infra-estruturas pode aliviar os constrangimentos à prática de negócios, mas a construção de infra-estruturas por si só não pode dar origem ao aprofundamento e diversificação do sector industrial.

18. **Capital humano e a sua qualidade.** O aumento da concentração no capital humano e na inovação traz-nos à questão de se o desenvolvimento de tecnologia e a inovação, através da promoção da TFP, podem substituir os níveis relativamente baixos do investimento. Por outras palavras, podem os países africanos desafiar as oportunidades e gerir tanto a diversificação industrial com taxas de crescimento mais elevadas por meio de "inspiração" ao invés do trabalho árduo de acumulação do capital? Serão a recuperação tecnológica e a inovação viáveis sem um aumento complementar no investimento de capital?

19. Isto não é evidente tomando como base a da experiência dos países da Ásia Oriental e da Índia, que aumentou o investimento até atingir mais de 35 por cento do PIB para crescer a uma taxa média de 7-8 por cento dos últimos anos. Não se pode excluir a possibilidade de alguns países e ele jaz com a crença no crescimento "sem peso" e também com a fé em serviços comerciáveis que são inovadores como os dinamizadores principais do crescimento e do emprego nas economias emergentes. Contudo, a pesquisa feita por Hanushek, Pritchett Autor, Brynjolfsson e outros sugere que tal caminho de crescimento exige o aprofundamento do capital humano de alta qualidade com a ajuda de políticas de educação e de saúde de grande alcance. Se de facto as economias africanas seleccionadas puderem aumentar substancialmente a qualidade dos seus trabalhadores e isto por sua vez permitir os negócios aumentarem o ritmo de absorção da tecnologia, a pesquisa e o desenvolvimento e a inovação, então será possível prever uma mudança para um caminho mais alto de crescimento acompanhado por modesto aumento de acumulação do capital. De facto, a elevação da qualidade da força de trabalho pode afectar o desempenho económico através de múltiplos canais, inclusive a qualidade da governação, com instituições de mercado que influenciam na mobilização e alocação de recursos e na gestão de empresas privadas e públicas. O capital humano afectará a construção de infra-estruturas de pesquisa, a produção de ideias e sua comercialização. E um capital humano apropriadamente motivado, influenciará o fortalecimento do empreendimento. A parte mais dura é a identificação e implementação de políticas que produzirão resultados dentro de um espaço de 5 ou 10 anos – através de políticas de educação e de saúde eficazes - e a seguir a tradução dos ganhos em termos de qualidade de capital humano na materialização do crescimento. Na esfera da educação, nenhum país encontrou a receita exacta, embora os pequenos países como Finlândia e a Singapura possam reclamar um certo grau de sucesso. Mas destes dois, só Singapura conseguiu alcançar as taxas de crescimento que países africanos procuram – as taxas de crescimento finlandesas nos anos 1990 e na primeira década do século XXI atingiram a média inferior a 4 por cento – e isto fê-lo através da combinação de investimento no capital humano com níveis muito altos do investimento fixo, especialmente na indústria manufacturera.

20. No que diz respeito a políticas de saúde, o peso da doença e perfil epidemiológico de África impõe o desafio de políticos por uma ordem de grandeza superior. A prevalência generalizada originada por doenças contagiosas debilitadoras corrói os esforços de construção do capital humano, associada ao alastramento de doenças crónicas originadas por mudanças no estilo de vida e hábitos alimentares acoplados à urbanização⁴⁵. É o capital humano/baixo investimento fixo o caminho viável para os países africanos? A resposta não é óbvia mas o que está claro é que qualquer estratégia que venha a ser adoptada, ela não pode permitir negligenciar ou realizar pequenos esforços para investir e melhorar a reserva continental do capital humano.

21. **Desenvolvimento urbano.** As políticas industriais e de inovação (que têm efeitos no clima de negócios) vão de mãos dadas com a política de urbanização. Todas estas em conjunto afectam o tipo de actividades produtivas que florescem, a sua competitividade quanto ao emprego que geram, o seu potencial de crescimento e a receita que elas produzem para cidades. Uma gestão da urbanização visando obter ganhos de produtividade das economias de urbanização aglomeradas e uma variedade e efeitos de demonstração será um teste dos decisores políticos. Isto deve acontecer ao mesmo tempo que se contém o per capita mais alto dos custos de recursos e de energia; e contendo também as manifestações externas negativas que minam a qualidade da vida urbana e contribuem para a degradação do meio ambiente, será um teste para os políticos em toda parte, pois, a tendência da urbanização é inexorável. Os decisores políticos terão de combater os inertes modelos do desenvolvimento urbano desorganizado que prevalece em quase todos os países, os problemas causados pelo legado de infra-estruturas e de alojamento, e a resistência de interesses enraizados que beneficiam do *status quo*. Mas uma negligência de estratégia e de políticas favoráveis a urbanização compromete seriamente uma porção importante de desenvolvimento e também atrofia esforços para limitar as alterações climáticas e mitigar as suas consequências. As estratégias de urbanização para o contexto africano ou, no que diz respeito ao assunto, o contexto dos países mais desenvolvidos, é bastante complexo e a maioria das administrações municipais carecem de uma capacidade técnica, de competências administrativas e de financiamento para convencer em primeiro lugar os diversos intervenientes quanto à eficácia a longo prazo de uma determinada estratégia. Além disso, eles também lutam para mobilizar o que é necessário para implementá-lo, passo a passo, por um período de décadas mesmo como a mudança de funcionários, desenvolvem-se novas tecnologias e o pensamento como em relação à óptima configuração de uma cidade avança em novas direcções. Possivelmente o melhor que um relatório como este pode oferecer seja perante as tecnologias actuais que se oferece e indicar um caminho possível com referência a muitos obstáculos que as pessoas responsáveis pela formulação de políticas urbanas enfrentam.

22. **Produtividade agrícola e desenvolvimento rural.** Embora todos os olhos estejam treinados em possibilidades de crescimento inerentes às actividades

⁴⁵ Ama de-Graft Aikins e outros, “Enfrentando o peso de doenças crónicas em África: do local ao global”, 19 de Abril 2010. Disponível em www.globalizationandhealth.com/content/6/1/5. Peter J. Hotez e Aruna Kamath, “doenças tropicais negligenciadas na África Sub-Saariana: análise da sua prevalência, distribuição e do seu peso”, 25 de Agosto de 2009. Disponível em www.plosntds.org/article/info:doi/10.1371/journal.pntd.0000412

urbanas, durante as próximas décadas o crescimento e as perspectivas de exportação dos países africanos dependerão da produtividade e a resistência da economia agrícola que constitui o maior empregador em quase todos os países, especialmente de mulheres e dada a existência de grandes reservas de terra arável, potencialmente uma grande fonte de exportação⁴⁶. A África negligenciou a investigação agronómica e como resultado, o trabalho e a produtividade de terra está muito abaixo dos níveis encontrados em qualquer outro lugar; os investigadores africanos estão a fazer progressos limitados no desenvolvimento de estirpes resistentes a doenças e a seca das culturas mais vitais para os agricultores⁴⁷. A agravar o problema está o aumento da falta de água em diversos países, em particular no norte e o oriente do continente. Isto provavelmente piorará à medida que a população cresce, aumentam a indústria e as necessidades urbanas e o aquecimento global torna os seus efeitos cada vez mais sentidos através do agravamento da seca que já é aparente na Etiópia e no Quênia. Não somente os moradores demográficos mas também urbanos rurais terão de resolver a questão da falta de água nas próximas décadas⁴⁸ e o risco é que as dificuldades em acordar uma repartição justa de recursos aquíferos semearão conflitos entre nações ribeirinhas. Uma combinação do cálculo do preço, da conservação e muitos desafios tecnológicos serão parte integral das estratégias de desenvolvimento, mas a história recentes oferece pouco encorajamento. A evidência do aumento da escassez de água cresce cada vez mais, mas os países africanos ainda têm de tomar as iniciativas necessárias para gerir os seus recursos hídricos. Quer individualmente, quer em conjunto com o desenvolvimento agrícola, a água constará com realce nos cálculos dos panificadores que desenvolvem linhas de orientação económica. A produtividade agrícola e a gestão da água exigirão direitos adicionais sobre recursos escassos através de investimentos necessários no capital humano, pesquisa que colocada ao uso prático, e infra-estruturas modernas⁴⁹. Isto será um empreendimento vasto e oneroso mas essas economias sofrerão uma pressão insuportável (do aumento dos preços de alimentos, desequilíbrio comercial e pressão sobre a água) e as cidades vão vergar com o peso da migração descontrolada proveniente das zonas rurais.

23. Comércio regional e global: Último mas não o menos importante, porque a maior parte dos países africanos são pequenos, as suas perspectivas de crescimento irão articular-se em grande medida em torno do ambiente do comércio externo. Uma globalização 'benigna' com o aumento de comércio regional, intra-

⁴⁶ Ver Klaus Deininger e Derek Byerlee (2011), Aumento do Interesse global na Finlândia. Banco Mundial em Washington DC. Eles observam que os 10 países que têm grandes reservas de terra potencialmente arável, cinco deles estão em África. A nível global, existem 446 milhões de hectares de terra não usada que é arborizada, não cultivada e com menos de 25 por quilómetro quadrado. Desta reserva, 201 milhões encontram-se em África. O Chade, a República Democrática do Congo, Moçambique, Sudão e Zâmbia encabeçam a lista.

⁴⁷ O êxito virá da substituição de animais com equivalentes perenes de modo a reduzir a erosão e permitir que os solos mantenham nutrientes.

⁴⁸ Ver "Vital water graphics : uma análise geral do estado da águas doces e marinhas no mundo ". Segunda edição (2008), cap, 2, "Recursos de águas doces", secção sobre "Um recurso escasso e competitivo", gráfico sobre "A próxima escassez de água em África". Disponível em www.unep.org/dewa/vitalwater/article83.html.

⁴⁹ M. Schaefer, "Tecnologias de água e meio ambiente: aumento através de reduções de escala", Tecnologia na Sociedade, vol.30, No.3-4 (Agosto-Novembro de 2008) Ciência, vol. 313, edição 5790 (25 de Agosto de 2006), edição especial sobre recursos de águas doces. Disponível em www.sciencemag.org/content/313/5790.toc. www.mendeley.com/.../water-technologies-environment-ramping-up...

continental e sul-sul mutuamente vantajoso fortaleceria outras políticas. Manter a globalização e contribuir para os bens públicos que maximizarão as suas vantagens pode obter prioridade a médio prazo. Contudo, muitos países africanos pequenos interiores esperam beneficiar-se do aumento do comércio intra-africano que actualmente atinge apenas 10 por cento do comércio total de África, com os grandes países a responder pela maior parte⁵⁰. A recente decisão tomada pela Cimeira da União Africana para iniciar o trabalho para o estabelecimento da zona continental de comércio livre oferece alguma esperança de dinamizar a participação do comércio intra-africano no comércio global do continente. Serão as Comunidades Económicas Regionais (CER) a melhor resposta funcional? Ou os países africanos devem envidar mais esforço na facilitação do comércio, diversificação industrial e melhoria das infra-estruturas de transporte⁵¹, notoriamente fracas, do continente que acrescenta tempo e custos financeiros para a circulação de bens⁵²? Pode parecer que uma abordagem proactiva e estratégica nas relações económicas internacionais são inevitáveis. Porém, além do fortalecimento das suas relações comerciais com os vizinhos e manutenção dos seus laços comerciais com tradicionais parceiros ocidentais, os países africanos terão de articular com as forças competitivas da China, da Índia, e de outros países do Sul e do Sul da Ásia Oriental. Este facto igualmente exigirá a coordenação de várias políticas e o desenvolvimento de uma abordagem regional.

⁵⁰ Ver Harry Broadman (2007) Rota da Seda de África, Washington DC, Banco Mundial. Para informação detalhada das perspectivas do comércio de África com a Ásia e questões de facilitação do comércio que políam o crescimento do comércio.
www.sciencemag.org/content/313/5790.toc; www.mendeley.com/.../water-technologies-environment-ramping-up...

Ver Alan H. Gelb, *Pode a África Reivindicar o século XXI?* (Washington, banco Mundial, 2000). Ver também Vijjiya Ramachandran. Alan Gelb e Manju Kedia Shah, "O sector privado africano: o que está errado com o ambiente do negócio e o que fazer por ele", 23 de Março de 2009. Disponível em www.cgdev.org/content/publications/detail/1421337

⁵¹ Ver Alan H. Gelb, *Pode a África Reivindicar o século XXI?* (Washington, banco Mundial, 2000). Ver também Vijjiya Ramachandran. Alan Gelb e Manju Kedia Shah, "O sector privado africano: o que está errado com o ambiente do negócio e o que fazer por ele", 23 de Março de 2009. Disponível em www.cgdev.org/content/publications/detail/1421337

⁵² Iniciativa de Crescimento de África de Instituições de Brookings, "Acelerar o crescimento através da melhoria do comércio intra-africano", Janeiro de 2012. Disponível em www.brookings.edu/~media/files/re/reports/2012/01_intra_africa_trade./01_intra_african_trade_full_report.pdf Ver Brookings Institution Africa Growth Initiative, "Accelerating growth through improved intra-African trade", January 2012. Available from www.brookings.edu/~media/files/re/reports/2012/01_intra_africa_trade./01_intra_african_trade_full_report.pdf.